

MARIA JOSÉ XAVIER NASCIMENTO SOUZA
Pós-Graduação Lato Sensu em Docência do Ensino Superior

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA
INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO
REGULAR**

Orientadora: Profa. M.a. Hilma Brandão

IPAMERI – GOIÁS
AGOSTO/2020

INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI
Pós-Graduação Lato Sensu em Docência do Ensino Superior
MARIA JOSÉ XAVIER NASCIMENTO SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA
INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO
REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal Goiano, Campus Avançado Ipameri, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Docência do Ensino Superior.

Orientadora: Profa. Mestra Hilma Aparecida Brandão

IPAMERI – GOIÁS

AGOSTO/2020

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

Souza, Maria José X. Nascimento
SS0729 A importância da formação do professor para
i inclusão de alunos com deficiência no ensino /
Maria José X. Nascimento Souza; orientadora Hilma
Aparecida Brandão. -- Ipameri, 2020.
17 p.

Tese (em Docência Do Ensino Superior) --
Instituto Federal Goiano, Campus Ipameri, 2020.

1. Formação de professores. 2. Inclusão. 3. Alunos
com deficiência. I. Brandão, Hilma Aparecida,
orient. II. Título.

| | | |
|---|------------------------------------|----------------|
| Ana Alice dos Passos Gargioni | IFGoiano - Campus Avançado Ipameri | Membro interno |
| Viviane Aparecida da Silva Paiva <i>Viviane Ap da S. Paiva</i> | SEDUCE-GO | Membro externo |

Documento assinado eletronicamente por:

- **Maria José Xavier Nascimento Souza**, 2018112301630554 - Discente, em 04/09/2020 18:06:35.
- **Ana Alice dos Passos Gargioni**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 01/09/2020 21:21:10.
- **Hilma Aparecida Brandao**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 26/08/2020 17:28:08.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/08/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 179527
Código de Autenticação: aaa50e9fa3



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Avançado Ipameri
Av. Vereador José Benevenuto (GO - 307), Zona Rural, None, IPAMERI / GO, CEP 75780-000
(64) 3491-8400

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado/inadequado como parte dos requisitos para obtenção do título de especialista em Docência do Ensino Superior e teve o parecer final como _____ (aprovado/reprovado), no dia _____, pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência do Ensino Superior, vinculado ao Instituto Federal Goiano (IF Goiano), Campus Avançado Ipameri, sob responsabilidade da Banca Examinadora:

Trabalho de Curso (TC) apresentado à banca examinadora em ___/___/___, constituída pelos professores(as):

Profa. M.^a Hilma Aparecida Brandão – Orientadora (IF Goiano)

Profa. Dra. Ana Alice dos Passos Gargioni – Membro Interno (IF Goiano)

Profa. M.a. Viviane Aparecida da Silva Paiva – Membro Externo

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

RESUMO

Este estudo tem como tema “A importância do professor para inclusão de alunos com deficiência no Ensino Regular”. Para tal, traz como objetivo refletir o percurso histórico e importância da inclusão no contexto educacional e social, assim como pensar a importância da formação de professores para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. A hipótese norteadora desse artigo é a de que esse ideal pode ser alcançado pelo fortalecimento da relação família-escola-comunidade, organizando-se intencionalmente com o propósito de ofertar melhores condições para que os portadores de deficiência tenham qualidade de vida. Desenvolve-se a partir das seguintes indagações: O que já foi feito para a inclusão de alunos com deficiência no Brasil e o que ainda é necessário fazer para que de fato a escola possa atendê-los com melhor qualidade? O que é disponibilizado ao professor para lidar com cada especificidade do aluno em função de deficiências diversificadas? Para responder a esses questionamentos optamos pela pesquisa bibliográfica, que se dá por meio da leitura de autores como Guebert (2010), Pacheco (2007), Facion (2009), entre outros.

Palavras chaves: Formação de professores, inclusão, alunos com deficiência.

ABSTRACT

This study has the theme "The importance of the teacher for the inclusion of students with disabilities in regular education". To this end, it aims to reflect the historical path and the importance of inclusion in the educational and social context, as well as thinking about the importance of teacher training for the inclusion of students with disabilities in regular education. The guiding hypothesis of this article is that this ideal can be achieved by strengthening the family-school-community relationship, intentionally organizing itself with the purpose of offering better conditions for the disabled to have quality of life. It develops from the following questions: What has already been done for the inclusion of students with disabilities in Brazil and what is still necessary to do so that the school can actually serve them with better quality? What is available to the teacher to deal with each student's

specificity due to diverse disabilities? To answer these questions, we opted for bibliographic research, which occurs through the reading of authors such as Guebert (2010), Pacheco (2007), Facion (2009), among others.

Key words: Teacher education, inclusion, students with disabilities.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar exige um movimento intenso de transformação da escola e de suas práticas pedagógicas, para que possa atender toda a diversidade presente no universo escolar e ousar na busca de novas relações educativas, estabelecendo, portanto, novos caminhos e novas maneiras de pensar a organização curricular, metodológica e avaliativa.

Alcançar a inclusão escolar apenas abrindo a possibilidade para que alunos com deficiência se matriculem e ampliando o discurso de que assim se garante uma aprendizagem de todos pode ser aparentemente uma tarefa fácil. Porém, isso não é suficiente, faz-se necessário ir além, pois o processo de inclusão é bem mais complexo, exige pensar formas adequadas para cada diferença apresentada, que são de toda ordem, desde a identificação de alunos com dificuldades, como déficit de atenção, dislexia, a alunos com deficiências físicas diversas.

Vale destacar que as informações veiculadas por meio de propagandas sobre a inclusão não correspondem à realidade. Nelas as escolas aparecem como espaços que se apresentam com as portas abertas para a inclusão, sem nenhum empecilho. No entanto, a realidade encontrada ainda aponta para muitas dificuldades no tratamento às pessoas com deficiências. Na prática ainda há muito a fazer para atender adequadamente todas as crianças “incluídas”. A escola se vê diante da responsabilidade de abrir suas portas, porém, sem que se tenha clareza quanto ao como fazer, ou seja, sem dispor de um projeto político educacional que possibilite a manutenção, com qualidade, destes alunos, no ensino regular.

As leituras e discussões feitas nas aulas da Disciplina “Educação Especial e Inclusão”, parte da grade curricular do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência do Ensino Superior levou-me a necessidade de entender melhor sobre o tema. Por meio dos debates feitos em sala de aula consegui perceber o quanto havia a ser feito para que de fato os alunos com deficiência tenham uma melhor qualidade educacional, atendendo de fato às

necessidades específicas de cada um. Pensar a inclusão além dessa perspectiva de apenas abrir as portas das escolas para receber as crianças com deficiência.

Partindo desses apontamentos a presente pesquisa tem como objetivo refletir o percurso histórico e importância da inclusão no contexto educacional e social, assim como pensar a importância da formação de professores para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

Para tal, a hipótese norteadora desse artigo é a de que esse ideal pode ser alcançado pelo fortalecimento da relação família-escola-comunidade, organizando-se intencionalmente com o propósito de ofertar melhores condições para que os portadores de deficiência tenham qualidade de vida.

Além disso, percebemos também o quanto os recursos disponibilizados são insuficientes para que a escola tome as medidas necessárias para a sua adequação, para aprimorar sua estrutura física e facilitar a entrada e permanência dos alunos com deficiência, respeitando-se o seu direito de aprender conteúdos de forma adequada a cada particularidade.

Todas essas falhas levaram-me a seguinte indagação: O que já foi feito para a inclusão de alunos com deficiência no Brasil e o que ainda é necessário fazer para que de fato a escola possa atendê-los com melhor qualidade? O que é disponibilizado ao professor para lidar com cada especificidade do aluno em função de deficiências diversificadas?

Para responder a esses questionamentos optamos pela pesquisa bibliográfica, que se dá por meio da leitura de autores como Guebert (2010), Pacheco (2007), Facion (2009), entre outros autores que discutem sobre a importância da qualificação do professor para inclusão de alunos com necessidades no ensino regular e estudo de algumas leis que regulamentam a inserção de alunos com deficiência no ensino regular.

A opção pelo levantamento bibliográfico nos possibilita uma melhor delimitação do tema e a construção de objetivos adequados, além de contribuições teóricas, que apresentam resultados já validados sobre o assunto abordado. Constitui-se, portanto, como importante ferramenta para uma produção científica como aponta Jacobsen (2017, p. 01) “realizar uma revisão bibliográfica faz parte do cotidiano de todos os estudantes e cientistas. É uma das tarefas que mais impulsionam o aprendizado e o amadurecimento na área de estudo.”

Sendo assim, iniciamos a abordagem, em primeiro momento com um breve histórico sobre a inclusão, como ela foi inserida no contexto escolar e as mudanças alcançadas por meio das Leis que a regulamentam no Brasil. Em seguida, abordaremos como o professor tem sido qualificado para o processo de inclusão de alunos com deficiência no Ensino Regular

2. Um breve histórico sobre a inclusão

A educação de alunos com deficiência é objeto de estudo de pesquisadores desde início do Século XX. A discussão iniciada na Europa caminhou em duas direções, a primeira no sentido de tratar as deficiências a partir de um olhar da medicina, antes percebidas do ponto de vista religioso, e, a segunda, com a criação e ampliação das escolas denominadas à época de especiais. Essas escolas foram responsáveis pela discussão sobre o status educacional oferecido por elas e as condições de aprendizagem de alunos com necessidades especiais.

Conforme nos aponta Guebert (2010) em seus estudos sobre a inclusão até o final do século XIX havia uma forma de tratamento discriminatório em relação às pessoas com deficiência, consideradas “anormais”, o que se intensificava conforme a elevação do nível e da condição de deficiência. Eram apelidados com termos relacionados à loucura nos casos de deficiência mental e de “aleijados” nos casos da deficiência física, entre outras nomenclaturas, sendo destinadas a eles as escolas especiais, ou mesmo o não acesso à escola nenhuma. Identifica-se até casos em que as famílias os escondiam para não falar de suas “anormalidades”.

Na década de 1970 nos Estados Unidos, iniciaram-se as primeiras teorias sobre a inclusão com necessidade de oferecer melhor qualidade de vida às pessoas com deficiência. Para isso, surgem estudos sobre os tipos de deficiência, que levam a problematização dos currículos escolares de modo que a escola pudesse garantir a aprendizagem dos educandos com deficiência. O debate sobre esse tema na Europa desencadeou abordagens diferentes, entre as quais se destacam as linhas pedagógicas com experiências no Reino Unido e na Europa Central. Na Europa Central prevalecia à tradição holística de interpretação do desenvolvimento, processo no qual as deficiências eram tratadas por uma rede de atendimento denominada pedagogia curativa, enquanto na perspectiva britânica, eram tratadas de forma clínica e terapêutica, observando-se cada caso. Como nos aponta Guebert (2010, p. 26):

O trabalho com os deficientes era diferente em suas abordagens. Na visão holística, percebemos que o sujeito com alguma necessidade especial recebe, nessa linha pedagógica, uma consideração relevante em relação aos aspectos interativos e sociais, ao ser feita a interpretação clínica de sua patologia; já, na abordagem britânica, prevalecem as leituras clínica e terapêutica de cada caso.

Não cabe aqui uma discussão exaustiva sobre essas formas diferentes de abordar o assunto, mas ressaltar que foram importantes no sentido de provocar debates e pesquisas sobre o tema, o que chamou atenção de organizações governamentais e não governamentais. Esse processo se deu de modo lento e complexo e embora iniciado no início do Século XX seus resultados mais efetivos foram evidenciados a partir do final deste Século.

Segundo Pacheco (2007, p. 15):

A educação inclusiva tornou-se uma política aceita internacionalmente. As iniciativas feitas pela União Europeia, pelas Nações Unidas, pelo Unesco, pelo Banco Mundial e por organizações não-governamentais contribuíram para o crescente consenso de que todas as crianças têm o direito a ser educadas em escolas integradoras, independentemente de suas deficiências ou de suas necessidades educacionais especiais (Unesco, 1995; Europa, 1998). Os princípios no qual a educação inclusiva baseia-se foram considerados pela primeira vez como a lei na Dinamarca, em 1969, e nos Estados Unidos, em 1975.

A partir daí debateu-se sobre a necessidade de um novo olhar para os alunos com deficiência. Nesse momento o termo utilizado era portador de necessidades especiais, o que com o decorrer do tempo foi alterado. Importa nesse momento identificar a mudança de postura em aspectos variados e temas como a pedagogia, justiça social, reforma escolar e melhorias nos programas, que passam a compor esse cenário. Segundo Pacheco (2007) no que tange à justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e de aceitação, o que no momento era fundamental para essa nova forma de ver e pensar sobre a deficiência.

Esse debate resultou na criação de documentos importantes em nível internacional, como a Declaração Mundial de Educação para Todos, de 1990, segundo a qual os alunos com deficiência, na época, considerados como portadores de necessidades educacionais especiais, teriam atenção especial, sendo garantida igualdade de acesso à escola de ensino regular. Esse documento intensifica os debates sobre o assunto no âmbito internacional, tendo como resultado a elaboração de novos documentos de igual importância como a Declaração de Salamanca, de 1994, a Convenção de Guatemala de 1999, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2009, a Declaração de Incheon de 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2015, sendo este último resultado das discussões feitas na Declaração de Incheon, e, que resumidamente trazem como meta assegurar os direitos à Educação Inclusiva, de forma equitativa e com qualidade.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência passou a ser regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/1961. De acordo com esta

legislação elas eram denominadas de “excepcionais”, o que vai ser alterado em leis posteriores. Esse foi o primeiro passo para educadores e legisladores intensificarem os debates sobre o tema, tendo como consequência a elaboração de outras importantes Leis.

Já a segunda Lei de Diretrizes e Bases foi elaborada no contexto do regime militar, Lei nº 5692, de 1971, que regulamenta o direito das crianças deficientes e superdotadas a um tratamento especial, bem como a definição de regras para a responsabilidade dos Conselhos de Educação. Por esta lei as crianças com deficiência deveriam fazer parte das escolas de Ensino Regular. Porém, ainda não se tratava de uma inclusão da forma como preconizada nos dias atuais, pois para o atendimento dessas crianças seriam criadas as escolas especiais.

A Constituição de 1988 fortaleceu esse direito das crianças garantindo legalmente que passariam a serem atendidas em escolas de ensino regular especializadas. Acrescentou, ainda, o direito de todos à Educação e ao pleno desenvolvimento, para alcançar cidadania e se prepararem para o mundo do trabalho, o que seria garantido pela igualdade de acesso e permanência na escola. No ano seguinte criou-se a Lei nº 7853 de 1989, que dispõe sobre as formas de integrar as pessoas com deficiência no âmbito educacional. Entretanto, a educação para os alunos com deficiência permaneceria sendo ofertada nas escolas de educação especial, por considerar que essas crianças não tinham condições de conviver socialmente com outras crianças. Por isso, deveriam ser educadas em Escolas de Educação Especial.¹

Em 1990, por meio da Lei nº 8069, criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente mais conhecido como ECA. Nele reafirma-se a Educação Especial ofertada em Escolas específicas de forma gratuita e obrigatória, sendo de responsabilidade do poder público, mas estendendo proteção também para suas famílias. Em 1994, o documento Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), propôs a denominada “integração instrucional”, porém ainda não contemplava de fato a inclusão, pois permitia que apenas as crianças em condições de acompanhamento dos alunos de classes comuns fossem incluídas nas escolas de ensino regular. Entretanto, o documento não se restringiu a esse aspecto, também abordou sobre “a formação de professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos” que pudessem ajudar no atendimento às crianças deficientes de acordo com suas necessidades.

Percebemos aqui que o assunto foi alvo de vários debates, com posições diferenciadas, até porque significou uma mudança de paradigma em relação às pessoas com deficiência,

¹ As informações sobre a Legislação brasileira que contempla a Educação para crianças com necessidades especiais foram retiradas do site “Educação para todos”.

sendo este novo olhar fundamental para que muitas descobertas fossem feitas em relação a cada tipo específico de deficiência, bem como das possibilidades que tinha de se desenvolver mesmo sendo deficientes.

Assim, em 1996, por meio da Lei nº 9394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), vigorada ainda hoje, traz um capítulo dedicado à Educação Especial. A Educação Especial passa então a ser tratada na perspectiva da inclusão:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculadas na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento.

Aqui optamos por citar o artigo na íntegra para destacar sua importância para pensar a inclusão. A partir daí, embora ainda não se tenha atingido o ideal, percebemos o interesse de regulamentar direitos expressos em Leis específicas, que trouxeram de certa forma proteção e respeito a essas crianças tão discriminadas e desprovidas de atenção no passado.

É inegável o avanço nas leis em relação à Educação Inclusiva, mas ainda hoje, podemos perceber que na prática as escolas ainda não conseguem atender todos os alunos em suas particularidades. Ainda há muito para ser feito. Para alguns alunos esses direito a

educação tem sido negligenciado, seja por parte dos governantes como da própria família. O atendimento destina-se à adaptação ou socialização dessas crianças, “normalizando a deficiência” e não contribuindo como deveria para o complexo processo de construção de conhecimento.

Não se busca aqui uma análise exaustiva sobre todas as Leis implantadas, mas faz-se essencial que elas sejam citadas, sendo: Decreto nº 3298, de 1999; Lei nº 10172 de 2001; Resolução CNE/CEB Nº 2; Resolução CNE/CP Nº 1/2002; Lei Nº 10436/02; Decreto Nº 5626/05; Decreto Nº 5626/05; Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2006; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007; Decreto Nº 6094/07; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008; Decreto Nº 6571 de 2008; Resolução Nº 4 CNE/CEB de 2009; Decreto Nº 7611 de 2011; Decreto Nº 7480 de 2011; Lei nº 12764 de 2012; Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014; Decreto Nº 9465 de 2019.

Embora a quantidade de alterações nas leis que regulamentam a Educação para pessoas com deficiência represente uma mudança de paradigmas, Segundo Guebert (2010) as escolas especiais que ainda continuam existindo, adotam como rotina de estudo a organização de grupos de acordo com o grau de comprometimento intelectual de cada aluno, justificando-se como melhor estratégia para atender às necessidades individualizadas características de cada educando.

O problema dessas escolas é que para muitas dessas crianças a convivência com outras é fundamental para seu processo de desenvolvimento. Isso não se restringe apenas as crianças com deficiência, mas todas que de alguma forma é sofre um processo de exclusão.

Assim, para que a educação inclusiva aconteça faz-se necessária uma mudança paradigmática na sociedade como um todo, particularmente as instituições escolares, que devem pensar em organizar o ensino para que possa atender a todos, de modo a promover o desenvolvimento integral do aluno, preparando-o para o exercício da cidadania. Conforme descrito por Mantoan (2001, p. 76) “a meta primordial de inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”.

A partir dessas considerações consideramos que incluir é mais que um ato de abrir as portas da escola para receber pessoas com deficiência, mas é possibilitar que na escola possa acontecer o convívio entre as diferenças, sejam elas físicas, neurológicas, comportamentais, de credos religiosos, déficit de aprendizagem, doenças e níveis sociais. Não há nesse processo de

inclusão receitas prontas que indiquem quais são os métodos mais adequados, mas o que se tem é a intenção de que com a inclusão os alunos consigam aprender dentro de seus limites, a partir de um ensino com qualidade.

Percebemos com isso que a forma de pensar a criança com deficiência sofreu transformações ao longo desse processo histórico. De totalmente excluída, passou a ser pensada em um contexto de integração e na atualidade de inclusão. Logo, os debates em torno da inclusão vão dando corpo a mudanças de atitudes importantes no meio educacional. A escola vista como espaço de convivência da diversidade enfrenta vários desafios, como a sua reestruturação física. Porém, entre os desafios está o papel do professor, como ele é visto e o que é oferecido a ele.

2. O PROFESSOR E O PROCESSO DE INCLUSÃO

Entre vários fatores que interferem na qualidade da Educação Inclusiva ofertada atualmente, como má adequação de estrutura física, falta de investimentos em materiais específicos para cada caso, entre outros, está a falta de investimento na capacitação de professores e demais profissionais necessários para atuarem com crianças com deficiência. Houve um processo de regulamentação da Educação Inclusiva, que exige atuação do professor com alunos deficientes, na maioria dos casos sem nenhum preparo. Conforme Facion (2009, p. 143):

O professor é diariamente desafiado a corresponder às novas expectativas projetadas sobre ele, apesar da carência de recursos materiais, das limitações das renovações pedagógicas e da escassez de material didático, componentes de um quadro gerado pela crise econômica e pelos cortes orçamentários. Quanto aos professores que atuam com alunos com necessidades educativas especiais, os problemas se intensificam.

Isso porque como expressa o professor vive sendo desafiado o tempo todo com novas situações para as quais não foi adequadamente preparado. Além de conviver com escassez de recursos e na maioria dos casos com salas superlotadas, ao vivenciar esse processo de exclusão precisam de um suporte pedagógico e teórico para lidar com as individualidades de cada deficiência. Isso só será possível diante de um planejamento institucional que contemple a formação de professores no contexto escolar e de modo contínuo.

Por esse motivo, Sá (2002), defende a ideia de que os processos formativos precisam incorporar estratégias e ações pedagógicas variadas, considerando a diversidade de situações vivenciadas no dia a dia das escolas. Além disso, criar condições para que os professores se

posicionem sempre como sujeitos do processo de formação permanente, o que não foi incorporado como uma política de formação contínua pelos órgãos responsáveis.

É comum ouvir que alguns professores são resistentes a essa prática inclusiva, e alguns não têm tempo para realizar tal tarefa, já outros não disponibilizam de tempos para aprimorar os conhecimentos, tornando-se, assim, um pouco resistentes ao processo de inclusão, mas a questão é: o que é disponibilizado ao professor em relação a sua condição de lidar com cada especificidade do aluno em função de deficiências diversificadas?

Conforme as leituras que fizemos ainda têm muito a ser feito para que a inclusão de fato aconteça. A culpabilização do professor pelo fracasso, em muitos casos, evidencia um desvio de responsabilidades. Na realidade, os professores e a escola como um todo precisam ter oportunidades ofertadas por políticas públicas governamentais que estejam compromissadas com a qualidade educacional, que formem constantemente o professor para rever suas práticas e adequá-las de modo satisfatório, tendo uma base teórica que lhe dê suporte. Nas palavras de Stainback & Stainback (1999, p. 346).

Os professores das classes inclusivas podem precisar aumentar suas habilidades no manejo dos relacionamentos entre professor e aluno. Por isso, que a capacitação formal é recomendada para aqueles professores que têm dificuldades quanto à aquisição das habilidades para construir relacionamentos entre aluno e professor, através de abordagem de comunicação.

Ao perceber a importância de um processo contínuo de formação para a atuação dos professores, pensando a sua capacitação, na dimensão da prática pedagógica, percebe-se que as ações dos sujeitos estão relacionadas a diferentes concepções e compreensão do mundo social, que não desvincula a teoria da prática. Neste sentido, Mazzota (1996, p.43) afirma que um “programa de professores deve incluir amplo fundo de educação profissional comum e especializado. Além disso, devem ser-lhe proporcionadas experiências práticas, integradas com a teoria”.

Com isso, sugere que a formação não pode mais considerar apenas um aspecto em detrimento do outro. Teoria e prática devem ser consideradas de modo associado ao contexto escolar, de onde partem as principais problemáticas a serem estudadas e para as quais precisam buscar soluções, o que não tem sido preocupação central para o ensino brasileiro. Não é possível visualizar a formação do profissional nesta perspectiva como prioridade governamental, ficando a cargo de algumas atitudes isoladas ou do interesse do professor, que busca por sua conta algum conhecimento sobre o assunto.

Não queremos com isso dizer que apenas a definição de uma política de formação contínua de professores seja capaz de garantir qualidade educacional, que depende também de outros aspectos, mas reconhecemos que é um dos mais importantes requisitos para o sucesso da aprendizagem e das transformações necessárias no campo educacional. Essa formação foi incluída legalmente pela Lei nº 12.014, de 2009, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, no Art. 61, Parágrafo único, no qual enuncia:

A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Embora tenha a previsão de que a formação continuada feita no contexto de trabalho, não faz parte como prioridade das políticas públicas governamentais e não traz de modo especificado a formação para a inclusão. O Ministério da Educação (MEC) em 1993, por meio do Plano Nacional de Educação para Todos, incluiu aspectos a serem trabalhados e melhorados para atender as crianças com deficiência. Nesse documento os profissionais inseridos na educação devem ter melhor formação para atuar no ensino regular, destacando-se aqueles que atuam com “portadores de deficiências, problemas de conduta e superdotadas”, dando-lhes condições de realizar um trabalho completo e eficiente.

Está evidente que já existe uma legislação que garante essa formação, mas o problema é que ela ainda não foi colocada em prática e que para que isso ocorra é preciso discutir sobre o assunto, apontando para a importância da formação continuada no contexto escolar, para que a teoria traga elementos importantes e auxilie na melhoria da prática do professor.

Assim, o professor terá melhores ferramentas para desenvolver seu trabalho, o que é determinante, pois o professor tem um papel central frente ao processo de inclusão, por ser a pessoa que responde diretamente pela aprendizagem nas salas de aula. Para tal, precisa que sejam destinadas aos professores horas para o estudo, planejamento de aulas, orientações e suporte pedagógico no período de trabalho escolar. A qualificação profissional auxilia os professores no preparo para receberem crianças com deficiências diversas.

Nesta perspectiva, professores terão que se atualizar para conhecer cada vez mais seus alunos de perto em suas peculiaridades e promover a interação entre todos, sendo para isso

imprescindível que respeitem a diversidade humana oferecendo situações que propiciem os alunos de diferentes níveis de compreensão chegar a novos respeitando-se as suas individualidades. O professor está em constante aprendizado e também precisa ser visto em suas peculiaridades, pois uma escola possui diferenças em seu corpo docente, cada qual com sua história de vida e percurso profissional, embora compartilhem determinadas experiências comuns. Por serem diferentes as reações são diferentes e dependem de características próprias, como formação intelectual, emocional, crenças, experiências pessoais e profissionais, entre outras.

Ao aluno com deficiência inserido na escola deve ser oferecido um ambiente no qual os professores sejam capazes de respeitar seu ritmo, proporcionando a interação de cada um com o seu meio próprio, além de permitir um exercício de funcionamento cognitivo dentro das situações reais do cotidiano, e não ficar preso em uma situação clínica artificial ou de conteúdos dissociados a realidade deste aluno.

Entretanto, embora se reconheça a necessidade de uma melhor e contínua capacitação dos professores, segundo Almeida (2001, p.62) “a formação do docente continua inexpressiva e tradicional, priorizando a transmissão e esquecendo-se do desenvolvimento dos talentos e de outras habilidades que não envolvam o simples domínio da leitura e da escrita”.

Segundo Pires (2006, p.61) A formação deve considerar, sempre, as mudanças educativas do sujeito, que se constroem num processo de desenvolvimento e interação, e só através desta interação é que é possível conhecer, compreender e ressignificar as peculiaridades e características de sua forma de ser. O professor que se prepara para o enfrentamento da diversidade e das diferenças, na sala de aula, precisa levar em conta, sempre, tanto as variáveis situacionais e contextuais do aluno, como o cenário ou marca de convivência entre aluno e professor, que compreende o conjunto de interações vivenciadas no processo educativo.

Por isso é importante que a escola pense na formação do docente como um todo, apesar dessa formação não ser a garantia de atender todas as crianças com deficiência e as necessidades de cada aluno. Segundo Pimenta (2004, p. 164) “é que as práticas docentes só se efetivarão se o professor ampliar sua consciência sobre a própria prática, a sala de aula e a escola como um todo, o que pressupõe os conhecimentos teóricos e criativos sobre a realidade”.

Todas essas considerações nos levam a conclusão de que a formação de professores é fundamental para o sucesso da inclusão, mas não a única responsável por tal sucesso, que

depende também de investimentos em adequações físicas e um trabalho de conscientização de todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leituras proporcionaram um entendimento de que a escola, a família e a sociedade precisam caminhar juntas para que a inclusão possa acontecer de forma mais eficiente. Assim, cabe aos pais ajudar seus filhos, juntamente com a equipe da escola a obter o seu aprendizado no ambiente escolar, embora se saiba que os professores ainda necessitam de mais formações e informações para trabalharem sem medo com o processo ensino-aprendizagem do aluno portador de deficiência. Assim como cabe aos governantes mais investimentos para que isso seja possível.

Por meio da educação inclusiva deve-se oportunizar, não só aos alunos, mas também aos professores e a toda a comunidade escolar a experiência de viver e conviver com a diferença. Nesse sentido, a escola precisa promover a aprendizagem e o desenvolvimento da criança com deficiência, possibilitando-lhe novas descobertas sobre o meio no qual está inserida e aprendizagem significativa.

Para tal, como é comum entre os autores analisados, os profissionais devem se preparar para serem capazes exerça sua autonomia e aplique sua competência na adaptação dos programas de estudos e da metodologia pedagógica, de forma a estender aos alunos com deficiência, e estarem preparados também para argumentar, discutir e colaborar com os pais e especialistas que atendam esses alunos. Por isso é muito importante que estes professores valorizem a formação continuada tenham reuniões periódicas com troca de experiências entre outros professores, e a necessidade de mudanças em toda sociedade reforçando a importância do respeito e da valorização das diferenças.

Tudo isso nos leva a concluir que o assunto não se esgota aqui e quem sabe possa fazer parte de um futuro estudo, talvez possibilitando uma experiência de trabalho em campo, observando como a Educação Inclusiva está sendo vivenciada por professores da rede pública ou particular. Assim, chegamos ao fim, com a sensação de que este nos abre portas para um novo começo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. I. Ações organizacionais e pedagógicas dos sistemas de ensino: políticas de inclusão? In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (Org.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira – LDB (nº 9.394/96, de 17 de dezembro de 2002, D.O.U, de 18 de dezembro de 2002)**.

FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas Implicações**. 2 ed. Ver. E atual – Curitiba: Ibpx, 2009.

JACOBSEN, Priscila. **Como Fazer uma revisão bibliográfica**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/blogdabc/como-fazer-uma-revisao-bibliografica-2/>. Acesso em: 09/07/2020.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão**. São Paulo. Edições Científicas Mennon, 2001.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**. História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

PACHECO, Jose et al. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Séries saberes pedagógicos).

PIRES, J. **Por uma ética de inclusão**. In: MARTINS, L. A. R. et. al. (org). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192, acessado em 05/08/2020.

SÁ, Elizabeth Dias. **Inclusão Escolar. Dicionário do professor: sistema de ação pedagógica – educação inclusiva**. <MG. Secretaria do Estado de Minas Gerais>, 2002.

STAINBACK, Susan, STAINBACK, William. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2016.